



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ODOBERTO CÂNDIDO PEQUENO**

**PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS NA ESFERA DO PATRIMÔNIO  
ARQUEOLÓGICO DE QUEIMADAS-PB**

**CAMPINA GRANDE  
2014**

**ODOBERTO CÂNDIDO PEQUENO**

**PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS NA ESFERA DO PATRIMÔNIO  
ARQUEOLÓGICO DE QUEIMADAS-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza

CAMPINA GRANDE  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa quanto a forma eletrônica. Sua produção total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P421p Pequeno, Odoberito Cândido.

Práticas preservacionistas na esfera do patrimônio arqueológico de Queimadas-PB [manuscrito] / Odoberito Cândido Pequeno. – 2014.

68 f. il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

“Orientação: Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza, Departamento de História”.

1. Educação Patrimonial. 2. Patrimônio Arqueológico..  
3. Sítios Arqueológicos. I. Título.

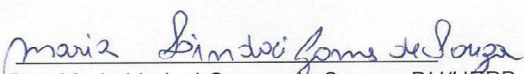
21. ed. CDD 930.1

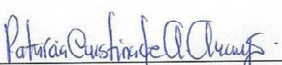
ODOBERTO CÂNDIDO PEQUENO

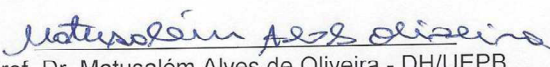
PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS NA ESFERA DO PATRIMÔNIO  
ARQUEOLÓGICO DE QUEIMADAS-PB

Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura Plena em História da  
Universidade Estadual da Paraíba, em  
cumprimento à exigência para obtenção  
do grau de licenciatura em História.

Aprovada em 30/07/2014.

  
Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza - DH/UEPB  
Orientadora

  
Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo - DH/UEPB  
Examinadora

  
Prof. Dr. Matusalém Alves de Oliveira - DH/UEPB  
Examinador

Aos meus pais, Edvan e Ilza e minha amada esposa, Rafaela, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Lindaci, pessoa que admiro e respeito por sua disponibilidade e sabedoria, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação incentivando-me a enfrentar as dificuldades no decorrer do trabalho.

Aos professores do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, em especial Giseuda Limeira, Matusalém, Marta Lucia, Josemir Camilo e Auricélia que contribuíram para minha formação.

À professora Patrícia Cristina de Aragão pela sua competência e dedicação, mas nunca deixando de lado a humildade, principalmente por incentivar e acreditar em seus alunos.

À professora Aída Martins, por mostrar-me existência dos sítios arqueológicos de Queimadas pela primeira vez ao meu conhecimento, durante as aulas de artes no ensino Fundamental, dando o pontapé inicial para que hoje pudesse defender este trabalho.

Ao professor e amigo Antônio Carlos Ferreira pela construção de sua obra pioneira acerca do nosso município.

À Professora e amiga Celênia de Souto Macedo, pela sua contribuição acadêmica e pelo incentivo.

Aos colegas de classe Deise, Francinilda, Luís Carlos, Silvano Fidelis, Josenildo, Diogenes, pelos momentos de amizade e apoio.

Ao meu pai Edvan e a minha mãe Ilza, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

À minha sogra Lenita pelo seu apoio e incentivo.

A minha querida e amada esposa Rafaela que me incentivou em todos os momentos, compreendendo a grandeza dessa realização, distribuindo carinho, fraternidade e amor, mostrando-me o real sentido da vida.

Ao professor Washington Luís de Menezes (*in memoriam*), pela sua contribuição ao estudo pioneiro relacionado aos sítios arqueológicos e sua preservação.

A todos, muito obrigado.

## A CAVERNA

Houve um dia,  
no começo do mundo  
em que o homem  
ainda não sabia  
construir sua casa.  
Então disputava  
a caverna com bichos  
e era aí sua morada.  
Deixou para nós  
seus sinais,  
desenhos desse mundo  
muito antigo.  
Animais, caçadas, danças,  
misteriosos rituais.  
Que sinais  
deixaremos nós  
para o homem do futuro?

(Roseana Murray)

## RESUMO

O município de Queimadas-PB, localizado no Agreste do Estado da Paraíba, se destaca pela exuberância natural de uma formação rochosa que corta do município de Leste a Oeste, a Serra de Bodopitá, ou Serra de Queimadas como é mais conhecida. Possui inúmeros sítios arqueológicos com inscrições rupestres que datam de mais de três mil anos, realizadas pelos povos nativos que aí existiam. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar os sítios arqueológicos e sua importância enquanto patrimônio cultural através da educação patrimonial do município de Queimadas – PB. Como objetivos específicos buscamos: destacar a importância de se conhecer os sítios arqueológicos para a preservação dos mesmos; identificar os principais sítios arqueológicos assim como seu estado de conservação atual e refletir sobre a necessidade da Educação Patrimonial na escola como estratégia de preservação dos sítios arqueológicos. A pesquisa teve uma abordagem de cunho quali-quantitativa”. Para a execução da pesquisa foram realizadas no primeiro momento, consultas bibliográficas; no segundo momento foi realizada a pesquisa de campo com o objetivo de identificar os sítios arqueológicos e o atual estado de conservação. Utilizou-se registros fotográficos dos sítios arqueológicos e também das oficinas realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gonçalves de Lima. A pesquisa realizada aponta que a escola trabalha com a questão da história do município, educação ambiental bem como arborização, o que mostra que é tratado os temas transversais, porém não há algo mais específico voltado a preservação do patrimônio arqueológico, dificultando o conhecimento de seus educandos em relação a existência dos sítios arqueológicos no município, isto prejudica de certa forma, a sua sensibilização quanto a importância desse bem comum para a construção da sua identidade local, assim como a de ações de preservação. A partir desta problematização, a Educação Patrimonial segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) “busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Arqueológico. Educação Patrimonial. Preservação.



## ABSTRACT

The municipality of Burned-PB, located in the arid zone of the State of Paraíba, remarkable natural exuberance of a rock formation that cuts through the city from east to west, the Sierra de Bodopitá, or Sierra de Burned as it is known. It has numerous archaeological sites with inscriptions that date back over three thousand years, made by the indigenous peoples that existed there. Thus, this study aims to analyze the archaeological sites and their importance as cultural heritage through heritage education in the municipality of Fires - PB. Specific objectives sought: highlight the importance of understanding the archaeological sites to preserve them; identify the major archaeological sites as well as your current state of conservation and the need to reflect on the heritage education in schools and the preservation of archaeological sites strategy. The research was a qualitative-quantitative "approach to nature. For the implementation of the research were carried out at first, bibliographic queries, the second time the field research aiming to identify archaeological sites and the current state of preservation was performed. We used photographic records of archaeological sites and also the workshops held in the Municipal Primary School Manoel Gonçalves de Lima. The survey points out that the school works with the question of history of the city, environmental education and tree planting, which shows that the transversal themes are treated, but there is something more specific targeted the preservation of archaeological heritage, little is known about their students regarding the existence of archaeological sites in the city, it hurts somehow, their awareness of the importance of the common good to build its local identity, as well as the preservation actions. From this questioning, the Heritage Education according to Horta, Grunberg and Monteiro (1999, p. 6) "seeks to lead children and adults to an active process of knowledge appropriation and appreciation of their cultural heritage, enabling them to better enjoyment these goods, and allowing the generation and production of new knowledge, a continuous process of cultural creation. "

**Keywords:** Archaeological Heritage. Heritage Education. Preservation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do município de Queimadas no Estado da Paraíba .....	24
Figura 02 - Centro de Queimadas em 1976 .....	25
Figura 03 - Painel esquemático do Sítio Pedra do Touro .....	32
Figura 04 - Painel esquemático do Sítio Pedra do Zé Velho .....	34
Figura 05 - Painel esquemático do Sítio Pedra do Guritiba .....	36
Figura 06 - Painel esquemático do Sítio Castanho I .....	39
Figura 07 - Painel esquemático do Sítio Castanho II .....	41
Figura 08 - Esquema de registro rupestre do Sítio Castanho III .....	42
Figura 09 - Esquema registro rupestre do Sítio Catolé .....	43
Figura 10 - Esquema registro rupestre do Sítio Vidinha painel 1 e 2 respectivamente .....	44
Figura 11 - Esquema registro rupestre do Sítio Malhada Grande .....	46
Figura 12 - Esquema registro rupestre do Sítio Gravatá dos Trigueiros .....	47
Figura 13 - Esquema registro rupestre do Sítio Bodopitá .....	49
Figura 14 - Esquema registro rupestre do Sítio Itacoatiaras dos Macacos .....	50
Figura 15 - Esquema registro rupestre do Sítio Caracolzinho .....	51

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 - Área degradada pela ação de pedreiras no entorno do sítio arqueológico Pedra do Touro .....	31
Fotografia 02 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Pedra do Touro .....	33
Fotografia 03 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Pedra do Zé Velho pichado .....	35
Fotografia 04 - Formação Rochosa (necrópole) contendo vestígios arqueológicos na Serra de Bodopitá .....	37
Fotografia 05 - Destruição da necrópole na Serra de Bodopitá .....	38
Fotografia 06 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Castanho I .....	40
Fotografia 07 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Catolé .....	43
Fotografia 08 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Vidinhas .....	45
Fotografia 09 - Detalhe de painel rupestre do Gravatá dos Trigueiros .....	48
Fotografia 10 - Detalhe de painel rupestre da Itacoatiara dos Macacos .....	50
Fotografia 11 - Oficina de apresentação dos Sítios Arqueológicos na Escola Municipal Manoel Gonçalves de Lima .....	60
Fotografia 12 - Oficina de apresentação dos Sítios Arqueológicos na Escola Municipal Manoel Gonçalves de Lima .....	61
Fotografia 13 - Oficina de visita <i>in loco</i> do Sítio Arqueológico Castanho I com alguns alunos da Escola Municipal Manoel Gonçalves de Lima .....	62

## LISTA DE SIGLAS

DER	Departamento Estadual de Estradas e Rodagens
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico Nacional
LAQ	Levantamento Arqueológicas de Queimadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEDRAQ	Pedreira de Queimadas
PROCA	Programa de Conscientização Arqueológica
SPA	Sociedade Paraibana de Arqueologia
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL .....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>CONHECENDO O MUNICÍPIO DE QUEIMADAS-PB A PARTIR DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS .....</b>	<b>23</b>
3.1	QUEIMADAS: A “PRINCESA DA BORBOREMA” .....	23
3.2	ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ECONÔMICOS .....	24
3.3	A GÊNESE E O CONTEXTO HISTÓRICO .....	25
3.4	PREDOMINÂNCIA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS-PB .....	27
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS-PB .....</b>	<b>31</b>
4.1	PEDRA DO TOURO .....	31
4.2	PEDRA DO ZÉ VELHO OU PEDRA COMPRIDA .....	33
4.3	PEDRA DO GURITIBA OU PEDRA DO LETREIRO .....	35
4.4	SÍTIO LOCA .....	36
4.5	SÍTIO CASTANHO I .....	39
4.6	SÍTIO CASTANHO II .....	40
4.7	SÍTIO CASTANHO III .....	41
4.8	SÍTIO CATOLÉ .....	42
4.9	SÍTIO VIDINHAS .....	44
4.10	SÍTIO MALHADA GRANDE .....	45
4.11	SÍTIO GRAVATÁ DE QUEIMADAS .....	46
4.12	SÍTIO GRAVATÁ DOS TRIGUEIROS .....	47
4.13	SÍTIO BODOPITÁ .....	49
4.14	ITACOATIARAS DOS MACACOS .....	49
4.15	ITACOATIARA DO CARACOLZINHO .....	51
<b>5</b>	<b>A ESCOLA COMO LOCUS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>	<b>52</b>
5.1	A DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: E A APROPRIAÇÃO DA TEMÁTICA SEGUNDO OS PCNs .....	52
5.2	CONHECENDO PARA PRESERVAR: OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE QUEIMADAS-PB TRABALHADOS A PARTIR DE OFICINAS .....	58
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Queimadas-PB, localizado no Agreste do Estado da Paraíba, se destaca pela exuberância natural de uma formação rochosa que corta do município de Leste a Oeste, a Serra de Bodopitá, ou Serra de Queimadas como é mais conhecida. Possui inúmeros sítios arqueológicos com inscrições rupestres que datam de mais de três mil anos, realizadas pelos povos nativos que aí existiam.

Porém, um grave problema que vem ocorrendo nestes espaços de importante valor histórico e cultural é justamente a depredação destes por pessoas que, certamente, desconhecem seu real valor e acabam por danificarem, picharem e assim comprometerem uma parte da história local.

Patrimônio arqueológico pode ser compreendido como todo vestígio histórico ou “pré-histórico” que conta parte da história dos nossos antepassados, vestígios esses que não foram modificados para parecerem autênticos, mas que foram deixados para traz voluntaria ou involuntariamente. O vestígio arqueológico está ligado aos povos primitivos, que deixaram marcado suas histórias através de registros rupestres e materiais indispensáveis para sua sobrevivência no seu cotidiano.

Esta pesquisa, portanto, parte da necessidade de sensibilizar os educandos quanto à importância de se preservar uma parte significativa da história, não só dos habitantes do município de Queimadas-PB, mas sim da sociedade como um todo, pois trata-se de registros deixados por seres humanos que viveram em um tempo pretérito, sendo assim considerados patrimônios da humanidade. Para alcançar esta sensibilização nada melhor que o espaço escolar, local distinto para o exercício e formação da cidadania, que se traduz no conhecimento e na valorização dos elementos que compõe nosso patrimônio cultural (ORIÁ, 2014).

Este trabalho visa analisar os sítios arqueológicos e sua importância enquanto patrimônio cultural através da educação patrimonial do município de Queimadas – PB. Como objetivos específicos buscamos: (a) destacar a importância de se conhecer os sítios arqueológicos para a preservação dos mesmos; (b) identificar os principais sítios arqueológicos assim como seu estado de conservação atual; (c) refletir sobre a necessidade da Educação Patrimonial na escola como estratégia de preservação dos sítios arqueológicos.

Para alcançar os objetivos deste estudo, realizou-se uma sequência de procedimentos baseados em um planejamento das atividades necessárias para obter as informações pertinentes e desejadas. A pesquisa teve uma abordagem de cunho quali-quantitativa, pois foram utilizados tanto os dados estatísticos, ou seja, uma abordagem quantitativa, como a abordagem qualitativa, com a análise dos dados. Segundo Minayo (2011, p. 21) “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não opõem ao contrario, se contemplam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Para a execução da pesquisa também foram realizadas no primeiro momento, consultas bibliográficas, tanto em obras publicadas, como artigos disponibilizados na internet, que se relacionam com a temática.

No segundo momento foi realizada a pesquisa de campo com o objetivo de identificar os sítios arqueológicos e o atual estado de conservação. Utilizou-se registros fotográficos dos sítios arqueológicos e também das oficinas realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gonçalves de Lima.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, conforme segue abaixo:

Nesta introdução, apontamos os caminhos percorridos ao longo do texto, expondo os objetivos, justificativa e metodologia.

No segundo capítulo intitulado de Contexto histórico do patrimônio no Brasil: um diálogo entre patrimônio material e imaterial foi feita a contextualização histórica do conceito patrimônio e como este ao longo do tempo foi se modificando, e como foi discutido no Brasil. Através das discussões em relação ao conceito de patrimônio, o seu significado tornou-se mais amplo envolvendo os aspectos culturais sejam eles material ou imaterial, favorecendo a preocupação com a preservação do patrimônio.

No terceiro capítulo denominado de Conhecendo o município de Queimadas-PB a partir dos sítios arqueológicos, enfocamos a caracterização do município de Queimadas-PB, apresentado um pouco de sua história e também alguns aspectos geográficos, econômicos e a predominância de sítios arqueológicos no município.

No quarto capítulo intitulado de Descrição dos sítios arqueológicos existentes no município de Queimadas-PB foi apresentado de maneira sucinta e objetiva a descrição, localização e o estado de conservação dos sítios arqueológicos.

No quinto capítulo denominado de A escola como lócus para a preservação do patrimônio cultural, apresentaremos a escola como espaço para a preservação do patrimônio cultural, onde abordamos a discussão da Educação patrimonial no espaço escolar e a sua apropriação segundo os PCNs.

Para as considerações finais estamos apresentando algumas reflexões de maneira crítica em relação à temática.



## 2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

A palavra patrimônio segundo a autora Machado (2004) é de origem latina, derivada de pater – pai. Também está associada ao conceito de patrimônio enquanto conjunto de bens materiais transmitidos de pai (pater), ou seja, o sentido de herança ou legado. Choay (2006, p.11) também afirma que a origem desta palavra está “ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Dessa forma acredita-se que este uso tornasse recorrente através da história, influenciada ainda hoje a maneira de pensar não só do homem urbano, mas principalmente daqueles que fazem uso da propriedade como critério de distinção social e econômica, quando se refere ao repasse de bens através da herança familiar.

O conceito de patrimônio passou por diversos adjetivos (genético, natural, histórico e entre outros), e sobre esta abrangência com relação ao seu conceito, Choay (2006, p. 11) afirma que: “fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante”. É nômade, pois o mesmo refere-se a um processo de ressignificação, desde as suas origens na Grécia até a contemporaneidade, quando a mesma é ampliada para a materialidade cultural.

A partir deste processo de ressignificação conceitual que envolve o patrimônio, vale destacar que o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Segundo Tomaz (2010) esse patrimônio compreende três grandes categorias: a primeira está relacionada os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer; e a terceira trata mais objetivamente do patrimônio histórico, que reúne em si toda a sorte de coisas, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente e do saber-fazer humano, ou seja, tudo aquilo que é produzido pelo homem ao transformar os elementos da natureza, adequando-os ao seu bem-estar.

Françoise Choay (2006, p. 11), referindo-se ao patrimônio histórico, salienta:

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

Nesta citação a autora nos mostra que o patrimônio vai além de uma mera concepção de uma coleção estatística de objetos, edificações e documentos, pois os processos sociais que as envolvem são mais amplos, o que envolve até mesmo a concepção de história e antropologia. Nessa linha de abordagem, Márcia Scholz de Andrade Kersten (apud TOMAZ, 2010) afirma que a antropologia auxilia na percepção do outro e a história permite várias e diferentes leituras de fatos e documentos.

A noção de patrimônio histórico, segundo Paoli (1992), precisaria evocar as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser mantidos na memória e preservados porque são coletivamente significativos em sua diversidade. Entretanto o que ocorre, como observa a mesma autora, não é exatamente isso, pois quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre em uma imagem congelada do passado, em algo como um museu repleto de objetos antigos, que estão ali apenas para atestar uma herança coletiva.

Uma questão importante a ser considerada no que se refere ao patrimônio é que, segundo Choay (2006), nos séculos XIX e XX o patrimônio compreendia os monumentos nacionais assim considerados por critérios estéticos ou históricos. Essa conceituação de patrimônio privilegiava os monumentos, as edificações, dando ênfase à sua materialidade, destacando-os por seu valor histórico e artístico.

Ainda sobre este reducionismo da ideia do que é patrimônio, Funari e Pellegrini (2006, p. 31-32) afirmam que:

A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis.

Como podemos notar o termo patrimônio histórico atribuía o monumento, a materialidade, aos poucos vem sendo substituído por um termo abrangente como já foi apresentado anteriormente, o chamado patrimônio cultural, sendo este entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Essa nova forma de abordar o assunto enriqueceu a noção de patrimônio, englobando sob a mesma perspectiva as múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, particularidades gastronômicas, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos. Por intermédio da evolução do conceito de patrimônio emerge consigo a evolução do processo de conservação.

Segundo Oliveira (2011), a questão da preservação de um monumento histórico emerge na época do *Quattrocento*, na Itália renascentista, quando os edifícios começam a ser conservados com a justificativa de serem obras de arte ou testemunhos históricos, desvinculados da religião cristã. De acordo com Choay (2006) denomina esta fase de “antiguizante”, pois os monumentos preservados pertenciam somente à antiguidade. Contudo, a fase de “consagração” segundo a autora acontece na Revolução Francesa quando surge o conceito de monumento histórico e os instrumentos de preservação com o objetivo de construir a identidade nacional.

Nesta perspectiva, Maria Cecília Fonseca (1997, p. 57) analisa, que:

[...] o amor à arte e ao saber histórico não foi suficiente para implantar, de forma sistemática e definitiva, a prática da preservação. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas – o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – o culto à nação – para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de interesse público.

Nota-se que durante a Revolução Francesa (1789-1799) estava também à questão do culto à nação, pois o patrimônio protegido deveria “servir à memória das gerações futuras [...]” (CHOAY, 2006, p. 19).

Segundo Le Goff (2000), o termo monumento é de origem latina – *monumentum*, e sobre esta palavra o autor explica que:

[...] o *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas “é um legado a memória coletiva” e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 2000, p. 104).

Deste modo, a definição dos monumentos se aproxima a ideia de documento, e os bens culturais, dessa forma, eram utilizados como fonte de instrução pública.

Surge então neste período o conceito de monumento histórico que segundo Choay (2006, p. 25) é:

[...] constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte.

Isto nos mostra que o monumento histórico está associado a um fato histórico importante ou de valor artístico, ou seja, esta atribuição de sentidos ou significados que permeia tal bem para determinado grupo social acaba justificando desta maneira assim, a sua preservação.

No Brasil, a preocupação com os bens culturais tem suas origens no período da Revolução Francesa (1789-1799). Esse período marca o momento em que o Estado Francês se propôs a conservar os bens potencialmente capazes de firmá-lo enquanto uma nação, ou seja, conferir a identidade ao país.

De acordo com Fonseca (1997), foi na perspectiva francesa de conservar os bens potencialmente capazes de afirmar uma nação que:

A noção de patrimônio é, portanto datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem nesse caso uma dimensão instrumental e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação. (FONSECA, 1997, p. 37)

Diante da citação é possível perceber que no Brasil o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve o mesmo sentido originado nos moldes da Revolução Francesa, portanto com o objetivo de construir a identidade do país.

A preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional começa a partir da década de 1920, mas precisamente no ano de 1922 durante a realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, chamando a atenção dos intelectuais para com o descaso da preservação dos bens imóveis, entre estes intelectuais estava uma das figuras mais emblemáticas do cenário cultural brasileiro o poeta, romancista e pesquisador Mário de Andrade.

Durante a sua participação na direção do departamento de cultura da prefeitura de São Paulo, Mário de Andrade redige documento com vistas à “organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional” (ANDRADE, 2002, p. 271).

A partir deste documento segundo o IPHAN (2014) nasce o anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, este órgão era dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico do país.

De caráter avançado e inclusivo, assentado na noção de arte entendida por Andrade (2002, p. 279) como “a habilidade com o que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”. Neste caso o anteprojeto sugeria, entre outras coisas, a criação de uma seção de museus, que ficaria encarregada de organizar os museus nacionais pertencentes ao SPHAN, promover exposições em nível regional e federal e articula-se com características regionais. Em sua concepção, os museus municipais deveriam ser ecléticos, com acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças ditados pelo valor que representam para a comunidade (IPHAN, 2014).

Em 1937, é criado o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de

inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937 apud OLIVEIRA, 2011, p. 8)

De acordo com esta abordagem nota-se que a proposta inicial do primeiro órgão de preservação do patrimonial foi a de proteger bens monumentais brasileiros, de valor excepcional e materiais – sobretudo arquitetônicos e predominantemente do período colonial como as igrejas e o estilo barroco, com o objetivo de construir a memória e a identidade nacional do país.

Esta abordagem predominou até o final da década de 1960 e foi denominada de “pedra e cal”, ou seja, os prédios históricos, esta visão está baseado na história tradicional elitista, havia também outra denominação neste período a “fase heroica”, porque segundo Oliveira (2011), no período de 1937-1967, não havia documentação necessária sobre o patrimônio brasileiro, assim, a equipe SPHAN organizou uma estrutura descentralizada de pesquisa e tombamento com o intuito de registrar os patrimônios nacionais.

Outro fato importante que podemos destacar no Decreto-Lei nº 25/37 foi à regulamentação do tombamento, pois como foi citado no paragrafo 1º, que só serão “*considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo*”, depois de serem inseridos nesses livros, a proteção e conservação do monumento é de responsabilidade pactuada do poder público e também do proprietário.

Segundo o IPHAN (2014) com relação ao seu percurso histórico nos mostra que o Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937 no governo de Getúlio Vargas, tornou-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em 1946. Em 1970 assume a denominação de Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), como é conhecido atualmente.

Agora o então instituto na década de 1970 como afirma Oliveira (2011) começa a ampliar o conceito de patrimônio, pois à medida que foi sendo incorporada a ideia de bens culturais ligadas às manifestações mais populares, o recorte de bens protegidos passou então a representar o patrimônio não só histórico e artístico, mas sim, as suas várias formas de expressões.

Posteriormente a este fato surge esta ideia na Constituição de 1988, trazendo consigo especificamente um artigo destinado ao patrimônio cultural de forma mais abrangente.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988)

Neste artigo da Constituição brasileira traz a compreensão do que envolve o patrimônio cultural brasileiro, sendo este um conjunto de bens natureza material e imaterial. Nele também reconhece a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Em relação aos bens culturais de natureza imaterial está relacionada àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como, por exemplo: mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. O Patrimônio Cultural Imaterial é repassado de geração a geração, sendo constantemente criado e recriado pelas comunidades e grupos em função de seu lugar, e de sua dinâmica com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2014).

O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais como: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os mesmos estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções

arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2014).

Em suma com a alteração do conceito de patrimônio cultural traz consigo dimensões mais amplas favorecendo a preocupação com a preservação do patrimônio deixando de ser uma questão voltada apenas aos bens imóveis – ligados à chamada fase “pedra e cal”, quase sempre, à valorização da cultura elitista passando a valorizar outras esferas da sociedade, como a defesa do meio ambiente e a diversidade cultural do povo brasileiro, tanto de origem material bem como imaterial.



### 3 CONHECENDO O MUNICÍPIO DE QUEIMADAS-PB A PARTIR DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

#### 3.1 QUEIMADAS: A “PRINCESA DA BORBOREMA”

Parabéns, Queimadas!  
 Hoje é seu grande dia  
 Muita paz e harmonia  
 Sucesso e prosperidade  
 Apesar de pouca idade  
 O teu progresso se expande  
 Foste pequena, hoje és grande.  
 Cresceste com liberdade

Oh, minha linda cidade,  
 Campina já é rainha  
 E você por ser vizinha  
 E por ter tanta beleza  
 Por manter a chama acesa  
 Do trabalho e do progresso  
 Já mereces um outro ingresso,  
 Em um título com mais nobreza

O título que a natureza  
 Te consagra e te declama  
 É o título de quem ama  
 Não é nada de dilema  
 Eu registro neste tema  
 Que por mim és batizada  
 E em breve serás chamada  
 Princesa da Borborema

Vejo agora sem problema  
 O sol fazendo a mensagem  
 Te decorando outra imagem  
 Te incentivando a crescer  
 Como alguém que quer dizer  
 Como é lindo este cenário!  
 Neste teu aniversário  
 Parabéns para você.  
 (autor: Joelson Miranda)

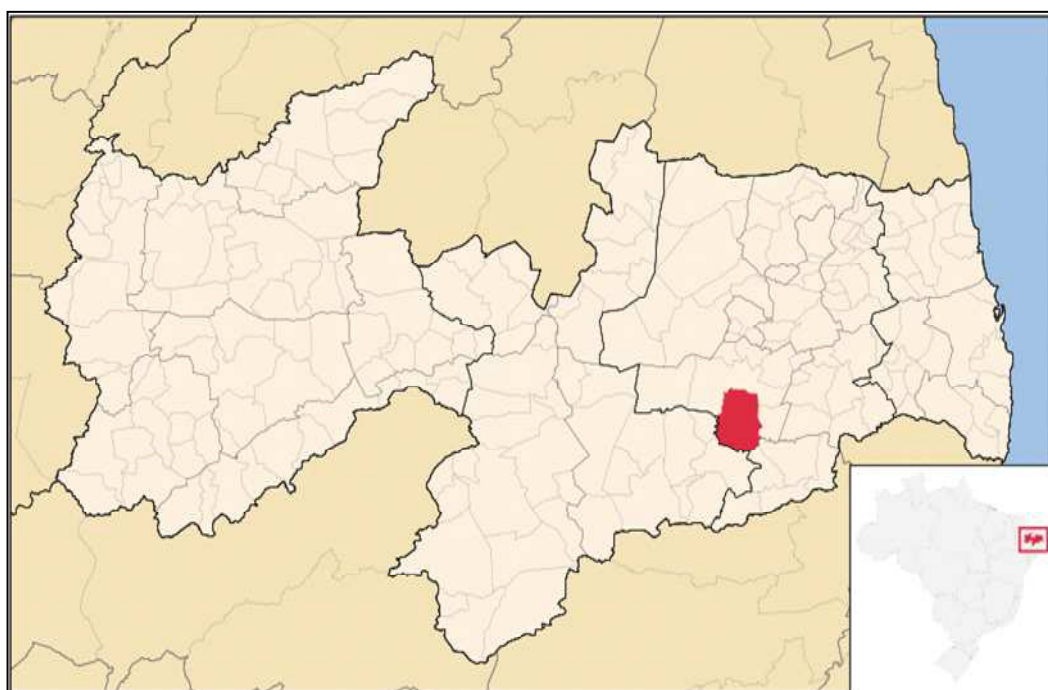
Este poema foi escrito pelo queimadense Joelson Miranda no ano de 2008, quando o Município comemorava seu quadragésimo sétimo ano de emancipação política. O autor brinca com as palavras atribuindo o título de “Princesa da Borborema” ao município de Queimada, fazendo jus ao seu crescente desenvolvimento econômico e a sua beleza paisagística natural.

O título nobre é atribuído em menção a sua proximidade a cidade de Campina Grande, tida como “Rainha da Borborema”, município de grande destaque no interior do estado da Paraíba pelo seu potencial econômico, turístico e cultural, sendo considerada ainda como capital do interior.

### 3.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ECONÔMICOS

O município de Queimadas esta localizado na região Agreste da Borborema e na micro região Campina Grande, está situado a 450 metros de altitude, distante cerca de 135 Km da capital João Pessoa, possui uma área de 409 Km<sup>2</sup> o que representa 0,75% do Estado (IBGE, 2014b). Limita-se ao norte com Campina Grande, ao sul Gado Bravo e Barra de Santana, ao leste Fagundes e a oeste Caturité e Barra de Santana.

Figura 01 - Localização do município de Queimadas no Estado da Paraíba



Fonte: Wikipédia (2014)

Possui uma população de aproximadamente 40 mil habitantes e um clima temperado com máxima de 30°C e mínima de 19°C. O solo predominante apresenta textura média e arenosa, pedregosa e rochoso com substrato gnaisse e granito, com relevo ondulado e suave ondulado e suave, existindo uma faixa de terra elevada de aproximadamente 45 km que corta o município de leste a oeste, chamada de Serra de Queimadas ou Serra de Bodopitá.

A economia do município foi constituída a partir da atividade agropecuária praticada de forma tradicional, caracterizada pela lavoura temporária, voltada para a subsistência, tendo destaque produtos como o milho, feijão e fava. Entre outros produtos cultivados em consórcio pode-se citar as hortaliças, leguminosas, e frutas. A pecuária exerce papel relevante na economia do município, destacando-se a criação de suíno, muar, ovino, equino, caprino e bovino (IBGE, 2014a). Destaca-se ainda o setor terciário, que vem crescendo e ganhando espaço como grande gerador de renda, tornando o comércio do município bastante diversificado e promissor, atraindo pessoas de outras cidades vizinhas a exemplo de Aroeiras, Gado Bravo, Barra de Santana, Caturité e Boqueirão.

### 3.3 A GÊNESE E O CONTEXTO HISTÓRICO

Figura 02 - Centro de Queimadas em 1976



Fonte: Tataguaçu (2014)

Na Data de terras concedidas a Pascácio de Oliveira Ledo se estabelece o assentamento do Município de Queimadas incrustado no sopé da Serra de Bodopitá. Quando chegou ao sertão Pascácio recebeu a concessão de duas Datas de terras, uma na região de Cabaceiras e outra na Serra de Bodopitá. A Data da serra de Bodopitá era inicialmente chamada de Tataguassu, termo indígena que significa “Fogo Grande” certamente uma referência ao fogo posto na mata pelos homens de Pascácio de Oliveira ledo por volta de 1712. Mas, foi no século XIX que a região ganhou seu nome definitivo, pelo fato de viajantes que habitavam a região de Fagundes povoado vizinho, dirigirem-se ao Boqueirão da Serra de Bodopitá local de passagem em direção a Campina Grande onde levavam gado e produtos produzidos nos sítios do entorno para vender na cidade.

Os colonizadores ao chegarem nesta região de passagem de serra em formato de boca ateavam fogo para obter melhor passagem pela vegetação, e com a queima de uma cactácea conhecida como Macambira que servia como alimento para o gado, logo os moradores e sitiantes da região passaram a usar a frase “vamos pelas queimadas” quando saíam de suas localidades em direção a Campina Grande.

No ano de 1880 apontam os registros históricos locais à existência de duas casas onde hoje se situa a cidade de Queimadas, local de moradia das famílias Muniz e Tavares primeiros moradores a construir no local. Após alguns anos, chegam ao local às famílias Andrade, Lopes e Gonzaga que iniciam o povoamento de Queimadas. Com o povoamento em andamento chegam mais famílias oriundas de Campina Grande, Fagundes, Cabaceiras e regiões vizinhas do agreste. Segundo o Historiador Epaminondas Câmara, em seu livro, “Datas Campinenses”, o povoamento só teve o seu início no ano de 1888,

Toda essa área inicialmente pertencia à região de São João do Cariri ao qual deu ensejo a Campina Grande que foi emancipada em 1864 e que cedeu áreas ao lugarejo de Queimadas, sendo essa primeiro, declarado povoado em 1882, distrito de Campina Grande em 1921, Vila em 1938 e finalmente se emancipando no ano de 1961 como Município de Queimadas.

Outra versão próxima da história local remete a estórias relatadas por habitantes da região, e pesquisada pelo geógrafo Antônio Carlos Ferreira Lopes, professor da rede municipal de ensino que publicou uma obra sobre a história da região de Queimadas, intitulada de “Queimadas, suas terras seu povo”, em 2001, obra em que relata o começo da ocupação histórica na região.

Conforme o livro relata, se registram acontecimentos ocorridos por volta de 1760 com um assentamento indígena do grupo Cariri, para acurrular gado e preparar a terra para a agricultura, estes indígenas foram trazidos por integrantes da família Ledo e dissidentes de Pascácio de Oliveira Ledo, fundador e possuidor da região de Campina Grande e proprietário do entorno da serra de Bodopitá através do tratado de Sesmarias, ao sítio de Tataguassu (nome dado pelos índios Cariri, que significa Fogo Grande), devido às queimadas que ocorriam na região feita para lavoura e alimentação do gado. Nesta localidade se encontra o atual município de Queimadas.

Em 1864 se concentra na região grande número de viajantes, negros do mato, tropeiros, aventureiros de passagem pela região de Queimadas, vindo de João Pessoa e Campina Grande, em direção ao interior do estado e região do Cariri. Neste lugar se estabelece vários ranchos e locais onde se encontrava em abundância água e comida, estadia para pessoas e animais devido à proximidade da serra e clima mais favorável a agricultura e cultivo do gado. O início do povoado se dá no ano de 1882 com duas casas das famílias Tavares e Muniz, onde logo em seguida em 1888 é erguida a primeira capela, e rezado a primeira missa em homenagem a nossa senhora da guia Padroeira da Cidade. Sua emancipação política ocorreu em 1961 tornando-se Município de Queimadas.

#### 3.4 PREDOMINÂNCIA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS-PB

Patrimônio arqueológico pode ser compreendido como todo vestígio histórico ou “pré-histórico” que conta parte da história dos nossos antepassados, vestígios esses que não foram modificados para parecerem autênticos, mas que foram deixados para trás voluntaria ou involuntariamente. O vestígio arqueológico está

ligado aos povos primitivos, que deixaram marcado suas histórias através de registros rupestres e materiais indispensáveis para sua sobrevivência no seu cotidiano.

De acordo com Martin (apud SANTOS, 2007) os registros rupestres podem ser divididos em três tradições: Tradição Nordeste, Tradição Agreste e a Tradição Itacoatiaras. Para Prous (apud SOUZA, 2005) existem nove tradições no território brasileiro: Meridional, Litorânea Catarinense, Geométrica, Planalto, Nordeste, Agreste, São Francisco, Amazônica e Itacoatiara.

No entanto, achamos conveniente destacar as três tradições mais conhecidas e destacadas por Gabriela Martin: Tradição Nordeste, caracterizada pela presença de figuras antrópicas em cenas de caça, sexo, parto, dança, lutas e alguns zoomorfos (mamíferos, peixes, reptéis e aves) e fitomorfos (plantas). Tradição Agreste, caracterizada pela presença de grandes figuras geométricas, zoomorfos com poucos detalhes (aves, quelônios e lagartos) e figuras humanas que lembram espantalhos, isolados e sem formar cenas, na coloração vermelha, podendo ocorrer também às cores amarelo e branco, porém em menor quantidade. As Itacoatiaras são gravuras realizadas nas paredes rochosas as margens e nos leitos dos cursos de água, apresentando zoomorfos e antropomorfos e possíveis representações cosmológicas (MARTIN; PROUS; GUIDON apud SOUZA, 2005).

O município de Queimadas possui um grande número de sítios arqueológicos espalhados por toda a Serra de Bodopitá, além de outras áreas planas na região totalizando dezenas de sítios arqueológicos, sendo eles considerados verdadeiros Patrimônios Históricos e Ambientais com registros da presença de povos nativos na região com data de aproximadamente 3 a 6 mil anos de acordo com pesquisas arqueológicas realizadas no município. São monumentos que possivelmente se referem a rituais mágicos, religiosos, sepultamentos e aldeamento.

A arqueologia pode ser entendida como o estudo da cultura material, produzida pelos diferentes povos em todos os tempos e lugares e interagindo com o meio ambiente, constituindo-se este em suporte para o desenvolvimento da(s) cultura(s). As ideias e pensamentos desenvolvidos pelo homem implicam na transformação da natureza, os quais cristalizaram-se no conjunto de objetos e artefatos que denominamos cultura material, constituindo-se esta na natureza socialmente transformada (FRANCO; GATTI, 2006).

De acordo com Brito, Santos e Oliveira (2006), as primeiras pesquisas realizadas na região compreendida como Serra de Bodopitá foram feitas nas décadas de 1940, 50 e 60 pelo pesquisador Leon Francisco Rodrigues Clerot. O mesmo estava a realizando prospecções arqueológicas no local.

Na década de 1970, foi vez da professora Ruth Trindade de Almeida (1979), que realizou pesquisas em diversos municípios paraibanos, principalmente na sub-região Cariri, identificando e catalogando 49 sítios de inscrições rupestres elaborando a obra *A arte rupestre nos Cariris Velhos* de 1969.

Por volta dos anos de 1990 a Organização Não Governamental, Programa de Conscientização Arqueológica (PROCA), tendo na coordenação os professores Washington Luis de Menezes e o Professor da Universidade Estadual da Paraíba Matusalém Alves de Oliveira. O principal objetivo da entidade era de preservar os monumentos pré-históricos da Paraíba em virtude do atual estado de descaso em que estes se encontravam. A organização desenvolveu estudos, promoveu palestras, minicursos e exposições nas escolas e identificou vários sítios arqueológicos na Serra de Bodopitá.

Segundo levantamentos realizados pelo Programa de Conscientização Arqueológica (PROCA) foram catalogados os seguintes sítios: Pedra do Touro, Pedra do Zé Velho, Pedra do Letreiro, Sítio Loca, Sítio Castanho I, Sítio Castanho II, Sítio Castanho III, Sítio Vidinhas, Sítio Catolé, Sítio Malhada Grande, Sítio Gravatá, Sítio Bodopitá, Itacoatiaras dos Macacos e Sítio Caracolzinho.

A pesquisa levantada pelo PROCA foi possível graças à colaboração das autoridades governamentais municipais, fundações culturais, membros da comunidade e algumas instituições de ensino do município de Queimadas-PB. Organizaram uma equipe de estudantes orientados pelos integrantes do PROCA que criaram conjuntamente ao Colégio Professor José Miranda a equipe do Levantamento Arqueológicas de Queimadas (LAQ) no ano de 1997.

No ano de 2005, o PROCA desenvolveu um CD-ROM com a descrição dos sítios arqueológicos catalogados, bem como sua localização e detalhes dos painéis rupestres. Este material foi divulgado e entregue a diretores escolares do município para que estes pudessem trabalhar nas escolas com os alunos, contribuindo para divulgação e conseqüentemente a preservação deste patrimônio.

No entanto, parece que esta estratégia promovida pelas ações do PROCA não surtiu tanto efeito. Os sítios continuaram a serem depredados, pouquíssimas pessoas sabem da sua existência, assim como a importância que eles tem.

Nos anos posteriores, os trabalhos do PROCA no município foram suspensos. Teve início as atividades de pesquisadores a exemplos dos membros da Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA) Juvandi de Souza, Vanderlei de Brito e Thomas Bruno, responsáveis pelas obras *Serra de Bodopitá* (2006), *Ocorrências de itacoatiaras na Paraíba* (2007) e *Arqueologia na Borborema* (2008), trabalhos de cunho científico que contribuem para a preservação do patrimônio arqueológico.



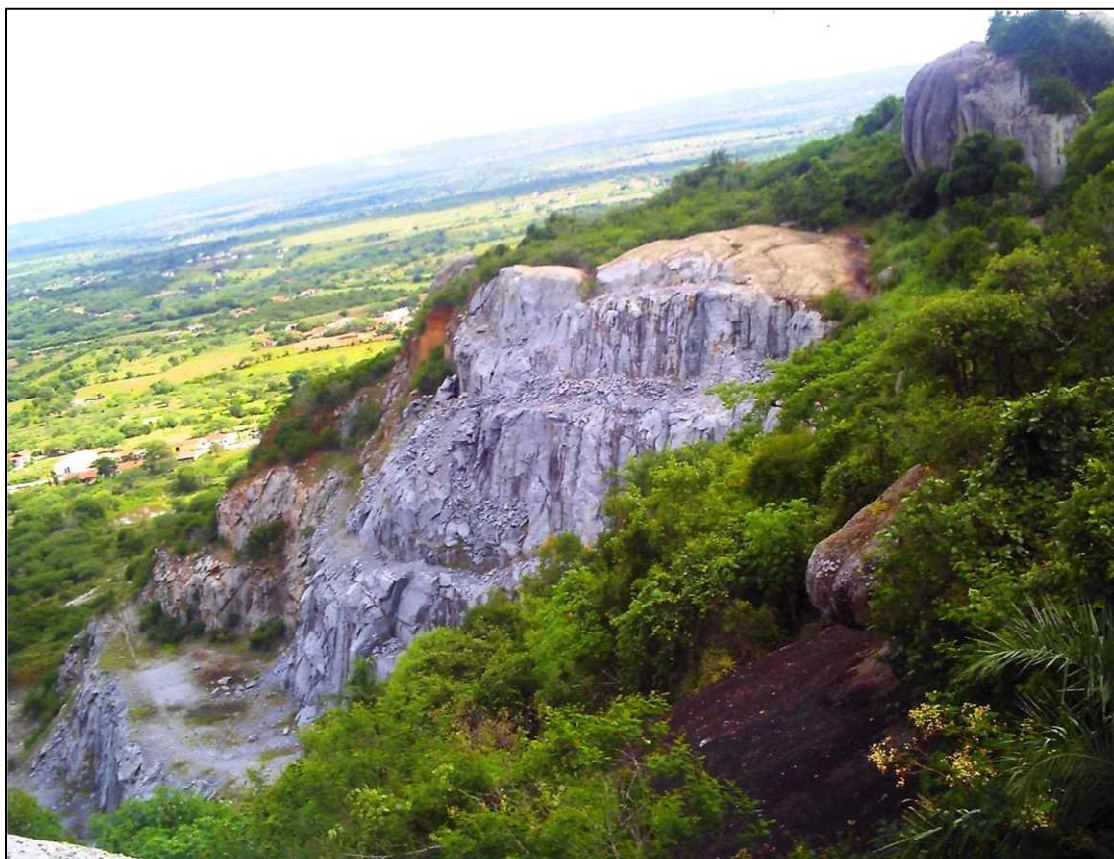
## 4 DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS-PB

### 4.1 PEDRA DO TOURO

O sítio arqueológico Pedra do Touro está localizado no cume da serra de Bodopitá há cerca de 1km ao norte da sede do município de Queimadas-PB, em um matacão de granito com painel rupestre medindo 4,5 por 2m com pinturas rupestres na tonalidade ocre, sob as coordenadas Zona 25M UTM 179.416.698 / 9.186.246.981 / e 568 m. de altitude em relação ao nível do mar.

A propriedade na qual o sítio se encontra esta arrendada à companhia de mineração Pedreira de Queimadas (PEDRAQ), que aproximadamente três décadas realizou a extração de minérios com finalidade de servir a obras de construção, sendo, portanto, responsável por grande modificação do espaço no entorno do sítio arqueológico.

Fotografia 01 - Área degradada pela ação de pedreiras no entorno do sítio arqueológico Pedra do Touro

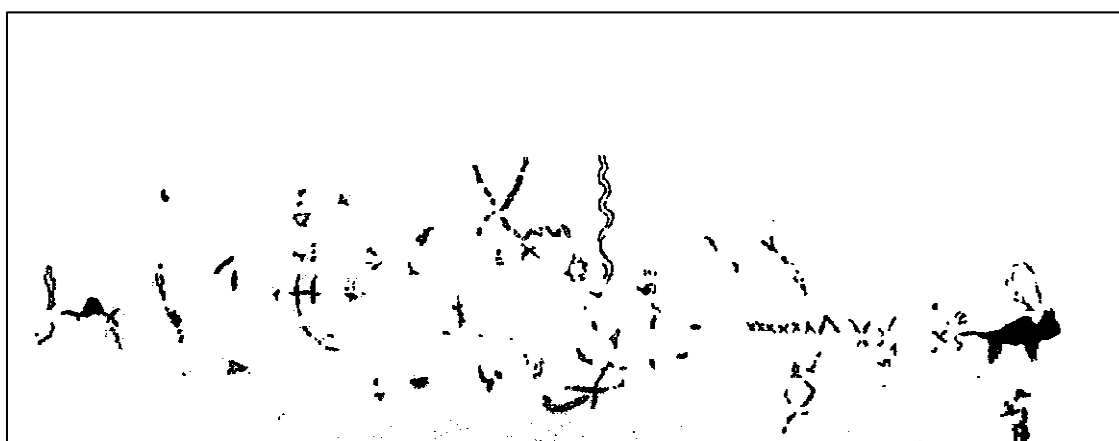


Fonte: Arquivo pessoal de Odoberito Cândido, em 2011.

Nesse sítio encontra-se a representação de um zoomorfo com rabo estirado, leve saliência lombar e “chifres” que nos faz lembrar um touro. No entanto, como sabemos o touro é um animal que chegou ao Brasil somente após 1500 com os portugueses. Possivelmente o animal ali representado trata-se de um felino muito comum em épocas passadas, e que está em posição de ataque, o que se entende por chifres, pode-se presumir, portanto, que sejam orelhas.

Além do zoomorfo, anteriormente citado, são identificados outros desenhos a exemplo de um zoomorfo em forma de serpente na vertical, alguns sinais em forma de X e outros de difícil reconhecimento, principalmente por conta das pichações que cobrem toda a área da rocha onde estão os registros.

Figura 03 - Painel esquemático do Sítio Pedra do Touro

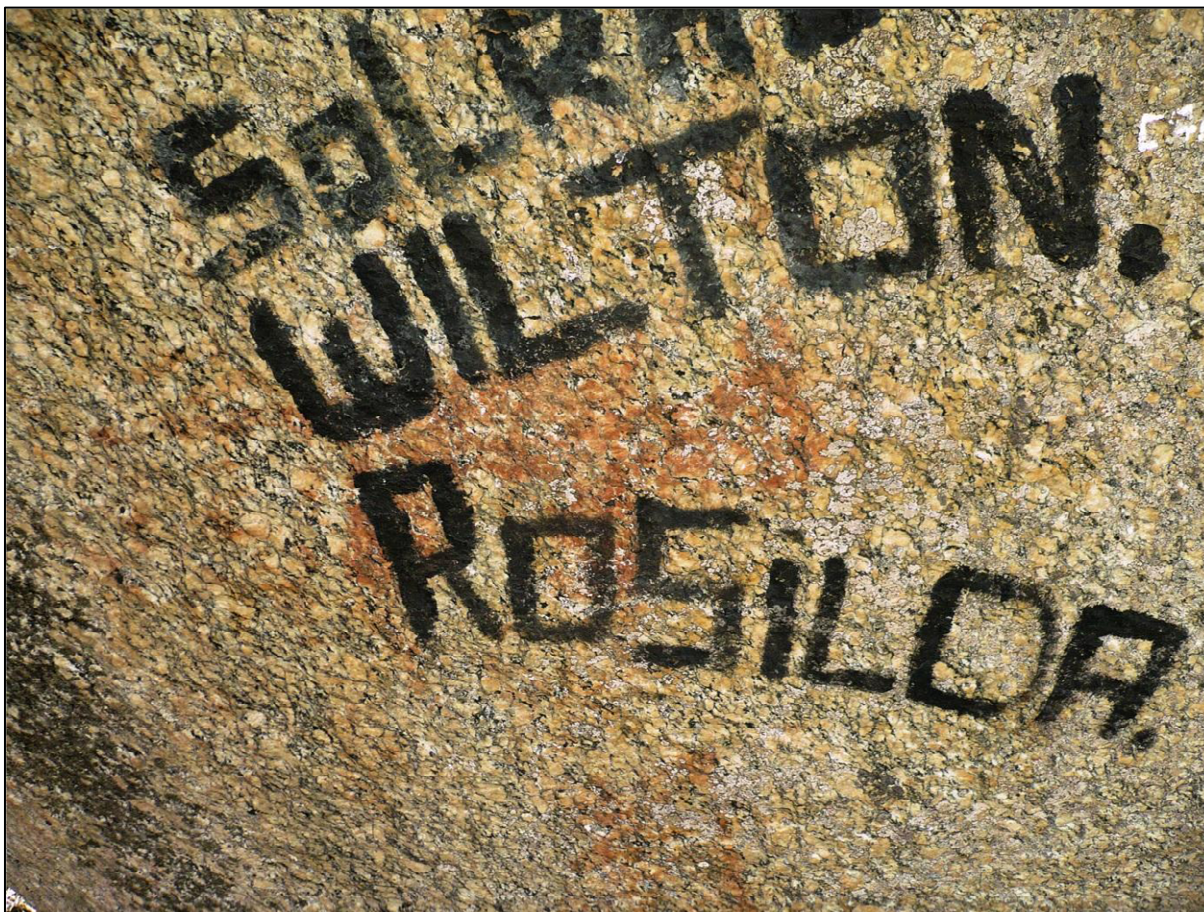


Fonte: Arquivo PROCA, 2005.

Este sítio, além de ser o mais conhecido pela população local e até de turistas que passam pela BR 104 e se encantam com a exuberância granítica e paisagística, e por ser o mais próximo ao centro urbano do município é o que apresenta maior nível de depredação, tanto da ação natural como principalmente antrópica com inúmeras pichações, sendo a própria representação do zoomorfo vítima de tais atos.

A cada instante pessoas sobem ao local, seja para contemplar a vista panorâmica, pois de seu topo é possível visualizar os municípios de Queimadas e Campina Grande, ou casais que desfrutam da altitude agradável do local, assim como grupos religiosos que o usam como ponto de oração, praticantes de modalidades radicais a exemplo do rapel, além de vários estudantes de escola do próprio município.

Fotografia 02 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Pedra do Touro



Fonte: Arquivo pessoal de Odoberto Cândido, em 2011.

#### 4.2 PEDRA DO ZÉ VELHO OU PEDRA COMPRIDA

O sítio arqueológico Pedra do Zé Velho está localizada no cume da serra de Bodopitá há cerca de 1km ao norte da sede do município de Queimadas-PB, com um painel rupestre medindo 3 metros por 2,5 na tonalidade ocre sob as coordenadas Zona 25M UTM 180.112.550 / 9.186.779.265 e 555 m de altitude em relação ao nível do mar.

Situado em uma área particular pertencente à senhora Maria José da Silva Mendonça, a Pedra Comprida como é conhecido popularmente, trata-se de um matacão de origem granítica que pode ser observado a partir de alguns quilômetros vindo na direção Campina Grande à Queimadas.

Nesse sítio encontramos um painel com representações de um zoomorfo medindo entre 87cm por 48cm apresentando apenas o contorno sendo seu interior vazado, que nos faz lembrar um couro esticado, um total de dez mãos carimbadas, outras figuras de pouca identificação.

Figura 04 - Painel esquemático do Sítio Pedra do Zé Velho



Fonte: Arquivo PROCA, 2005.

O painel rupestre apresenta alto nível de degradação provocado pela ação antrópica, tais como pichações feitas com uma tinta de cor amarelada recobrindo todo o zoomorfo, além de inúmeros nomes próprios de visitantes que por lá passaram. É possível identificar dois orifícios na parte central da rocha com a identificação 6B, pois tratava-se de um alvo que seria dinamitado pelo Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DER), da Paraíba, com o intuito de produzir materiais destinados a construções.

Fotografia 03 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Pedra do Zé Velho pichado



Fonte: Arquivo pessoal de Odoberto Cândido, em 2011.

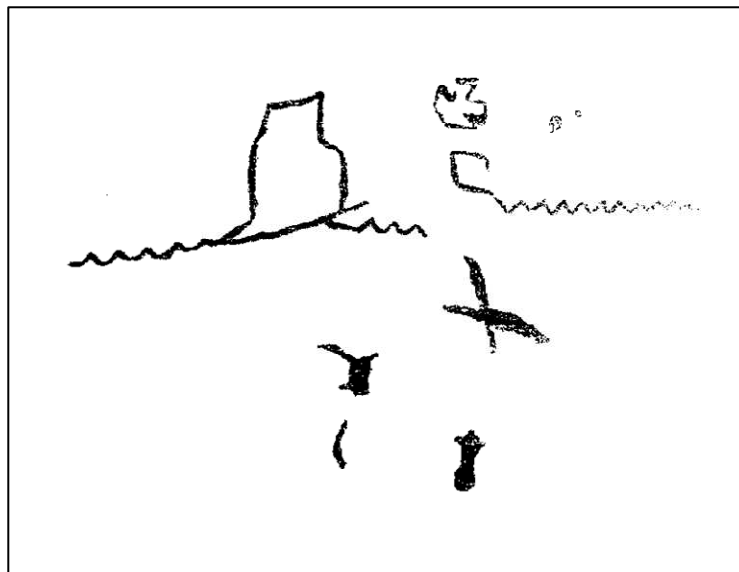
#### 4.3 PEDRA DO GURITIBA OU PEDRA DO LETREIRO

O sítio arqueológico Pedra do Letreiro está localizado as margens de uma estrada rural que dá acesso ao povoado de Guritiba em meio a serra de Bodopitá há cerca de 1km ao Oeste do município de Queimadas-PB, em um matacão de granito com painel rupestre medindo 7 metros por 2m com pinturas rupestres na tonalidade

ocre, sob as coordenadas Zona 25M UTM 178.636.972 / 9.185.648.605 e 489 m. de altitude em relação ao nível do mar.

Os registros rupestres deste sítio, também denominado de Pedra do Letreiro pela comunidade local, são formados por símbolos geométricos de difícil reconhecimento devido às ações das intempéries bem como ações antrópicas como pichações de nomes próprios sobre as pinturas.

Figura 05 - Pannel esquemático do Sítio Pedra do Guritiba



Fonte: Arquivo PROCA, 2005.

#### 4.4 SÍTIO LOCA

O sítio arqueológico Loca está localizada no cume da serra de Bodopitá, acerca de 700 metros do centro da cidade. Trata-se de um abrigo, mais precisamente uma necrópole indígena, sem presença de pinturas rupestres, sob as coordenadas Zona 25M UTM 180.021.423 / 9.185.671.489 e 556 m de altitude em relação ao nível do mar.

No local foram encontrados centenas de ossos humanos, porém, hoje não se sabe onde esse material foi parar. Sabe-se apenas que equipe do LAQ e PROCA resgataram para realizar estudos e apresentados em amostras pedagógicas em escolas do município.

De acordo com Brito; Santos e Oliveira (2006, p. 69):

O sítio arqueológico da Loca trata-se de um cemitério, onde as sepulturas são indicadas por lajes de pedra demarcando o local. É provável que o Loca seja o resultado de repetidas cerimônias fúnebres durante milhares de anos, que resultaram na acumulação de cadáveres sepultados por quase todo abrigo.

Fotografia 04 - Formação Rochosa (necrópole) contendo vestígios arqueológicos na Serra de Bodopitá



Fonte: Arquivo pessoal de Odoberito Cândido, em 2008.

Distante pouco mais de vinte metros do sítio, existem algumas antenas de transmissão de sinais de TV e de telefonia móvel. A fácil acessibilidade, pois foi construída uma estrada de paralelepípedos que inicia-se na base da serra até o local das antenas para realizações de manutenção nas mesmas, permite uma maior visitação de pessoas e até mesmo de usuários de drogas, o que torna o local perigoso.

Grande parte do monumento sofre com as pichações e a aglomeração de lixos por todos os lados. Recentemente no ano de 2009, o interior do local onde existia grandes blocos rochosos foi parcialmente destruído por dinamitações realizadas pelo proprietário do local.

Fotografia 05 - Destruição da necrópole na Serra de Bodopitá



Fonte: Casemiro (2009)



#### 4.5 SÍTIO CASTANHO I

O sítio arqueológico Castanho I está localizado na base da serra de Bodopitá no povoado Bastiões há cerca de 3 km ao norte da sede do município de Queimadas-PB, em um matacão de granito com painel rupestre medindo 7 metros por 2 metros com pinturas rupestres nas tonalidades ocre e em menor proporção amarela, sob as coordenadas Zona 25M UTM 181.126.791 / 9.186.969.232 e 515 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Este sítio é constituído por um imenso matacão de quatorze metros de altura por mais de quarenta de circunferência, podendo ser visto a quilômetros seguindo pela BR104 na direção Campina Grande a Queimadas, apresenta em sua porção leste uma concavidade devido à ação do vento.

Na parte norte do matacão encontram-se os grafismos decorados com pigmentação ocre e amarela que representam figuras humanas em movimento, além da presença de dois grafismos que lembram pirogas, espécie de barco. De acordo com estudos arqueológicos, o painel rupestre deste sítio pertence à Tradição Nordeste de pinturas rupestres.

Figura 06 - Painel esquemático do Sítio Castanho I



Fonte: Arquivo PROCA (2005)

Fotografia 06 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Castanho I



Fonte: Arquivo pessoal de Odoberto Cândido, em 2011.

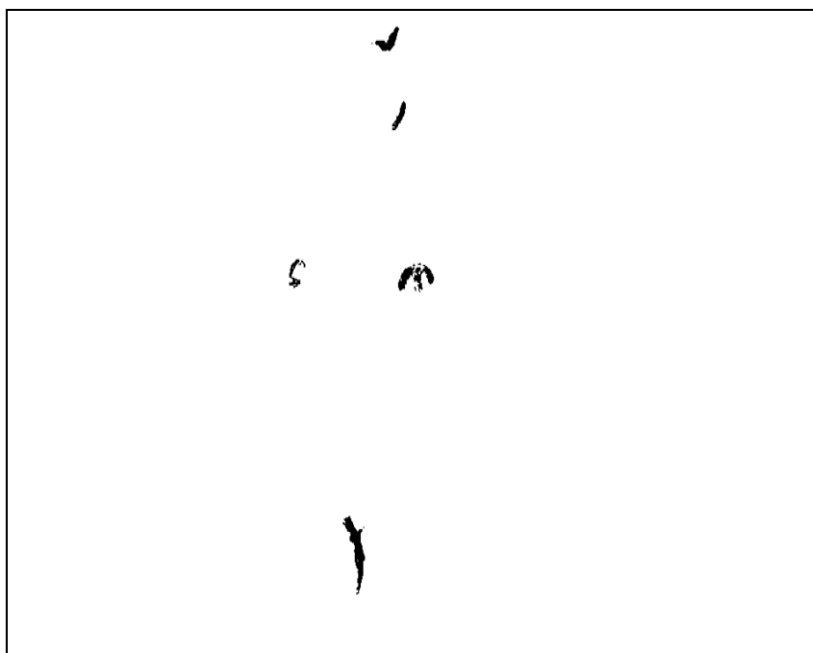
O sítio apresenta bom nível de preservação, estando envolto pela vegetação nativa, caatinga, existindo apenas algumas pichações no bloco rochoso mas que não interferem diretamente nas pinturas e o desgaste provocado pela ação das chuvas e a presença de alguns líquens.

#### 4.6 SÍTIO CASTANHO II

O sítio arqueológico Castanho II está localizado na base da serra de Bodopitá, a pouco mais de 30 metros do Castanho I, no povoado Bastiões há cerca de 3 km ao norte da sede do município de Queimadas-PB, em um afloramento rochoso granítico com painel rupestre medindo 30 cm por 70 cm com pinturas rupestres nas tonalidades ocre, sob as coordenadas Zona 25M UTM 181.083.499 / 9.186.999.282 e 514 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Os registros rupestres deste sítio são na tonalidade ocre e encontram-se na face oeste em uma concavidade semelhante a um abrigo, são de difícil reconhecimento estando envolto pela vegetação nativa e marimbondos. Não há nenhum indicio de depredação do mesmo.

Figura 07 - Painel esquemático do Sítio Castanho II



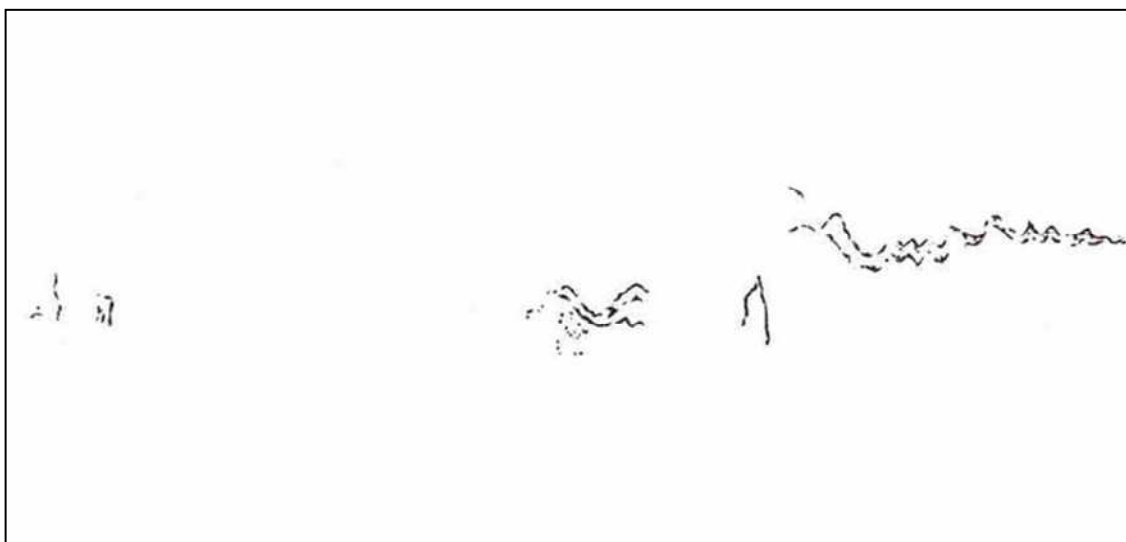
Fonte: Arquivo PROCA (2005)

#### 4.7 SÍTIO CASTANHO III

O sítio arqueológico Castanho III está localizado na base da serra de Bodopitá a pouco mais de 300 metros da sede do Castanho II, no povoado Bastiões há cerca de 3 km ao norte do município de Queimadas-PB, em um matacão de granito com painel rupestre nas tonalidades ocre, sob as coordenadas Zona 25M UTM 181.540.214 / 9.186.710.560 e 649 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Os registros rupestres deste sítio encontram-se na face sul do matacão, cuja forma nos lembra uma mão fechada, são na tonalidade ocre com pintura zoomórfica que nos lembra uma serpente, e outros dois de difícil reconhecimento, e encontram-se na face sul de difícil reconhecimento, possivelmente devido a ação do vento e alguns líquens existentes na rocha. Não há nenhum indício de depredação do mesmo.

Figura 08 - Esquema de registro rupestre do Sítio Castanho III



Fonte: Arquivo PROCA (2005)

#### 4.8 SÍTIO CATOLÉ

O sítio arqueológico Catolé situa-se a margem direita do rio de mesmo nome há 12 Km de distância da sede do município de Queimadas-PB, tratando-se de uma matacão em gnaiss posicionado sobre lajedo com painel rupestre contendo uma única pintura esquemática em forma de gradeado na tonalidade ocre. Sob as coordenadas Zona 25M UTM 178.969.751 / 9.174.273.629 e 327 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Figura 09 - Esquema registro rupestre do Sítio Catolé



Fonte: Arquivo PROCA (2005)

Fotografia 07 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Catolé



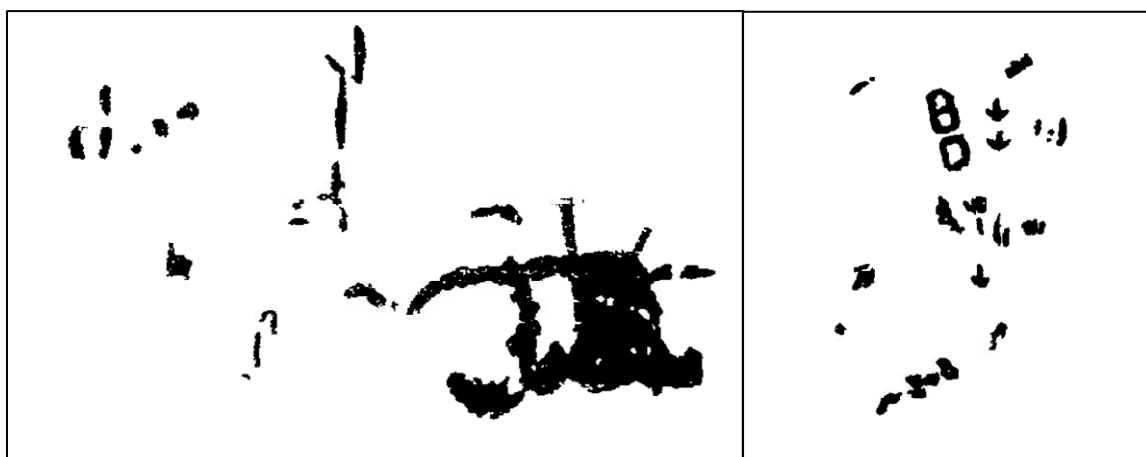
Fonte: Arquivo pessoal de Odoberto Cândido, em 2012.

O registro rupestre deste sítio apresenta ótimo estado de conservação estando bastante nítido e na coloração ocre, está envolto pela vegetação nativa que contribui para amenizar a ação da heliose, não apresentando qualquer tipo de ação antrópica ou de ordem natural.

#### 4.9 SÍTIO VIDINHAS

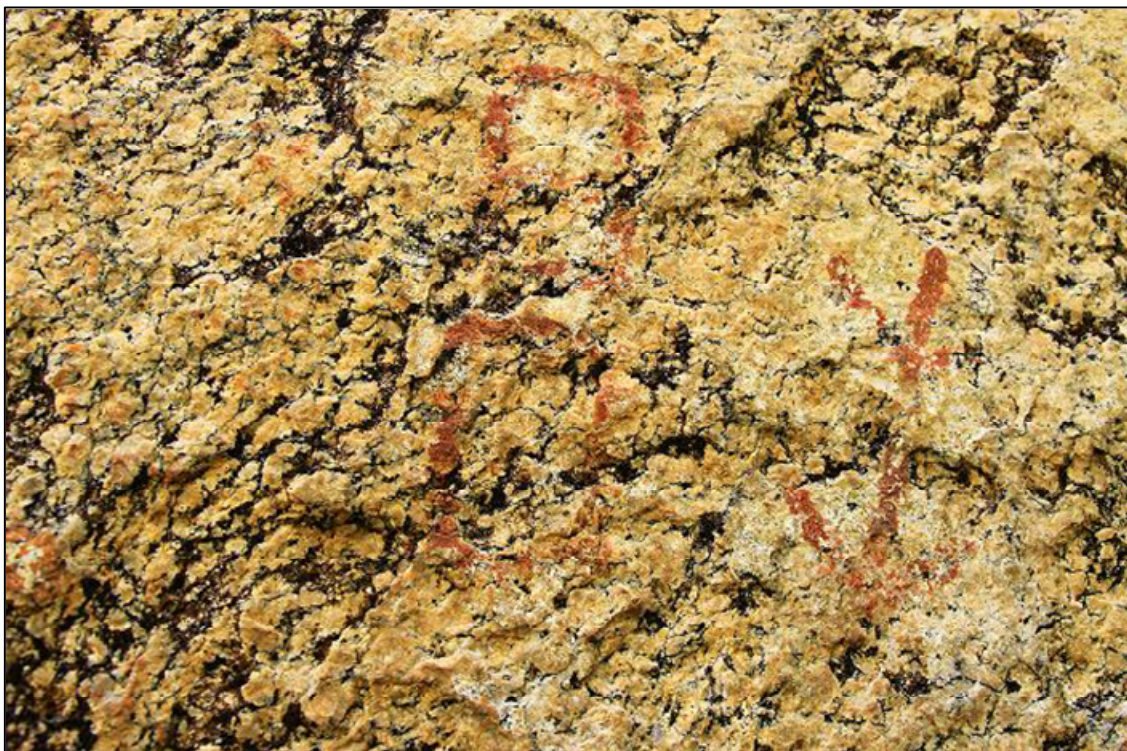
O sítio arqueológico Vidinhas localiza-se na base da Serra de Bodopitá, numa área particular no povoado de Guritiba há 1,5 Km de distância da sede do município de Queimadas-PB, tratando-se de uma matacão em granito com dois painéis rupestre sendo o primeiro medindo 2m<sup>2</sup> com uma grande figura de difícil reconhecimento e outras menores. O segundo painel mede aproximadamente 1m<sup>2</sup> com símbolos retangulares, algumas setas e outras figuras menores de difícil reconhecimento, ambas inscrições na tonalidade ocre. Sob as coordenadas 25M UTM 177.904.354 / 9.185.877.6501 629 e 479 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Figura 10 - Esquema registro rupestre do Sítio Vidinha painel 1 e 2 respectivamente



Fonte: Arquivo PROCA (2005)

Fotografia 08 - Detalhe de painel rupestre do Sítio Vidinhas



Fonte: Arquivo pessoal de Odoberito Cândido, em 2011.

O sítio arqueológico fica aos fundos de uma propriedade particular pertencente aos familiares do senhor Biu Vidinha, já falecido. Na base do sítio existe ainda um tanque natural que em períodos de chuvas consegue armazenar água e os moradores utilizam a base do matacão para realizações de churrascos e outros momentos de diversão e lazer.

O estado de conservação deste sítio é bom, há incidência direta de degradação das pinturas rupestres por ação natural devido à presença de líquens, e alguns entulhos de lixo nos arredores do mesmo.

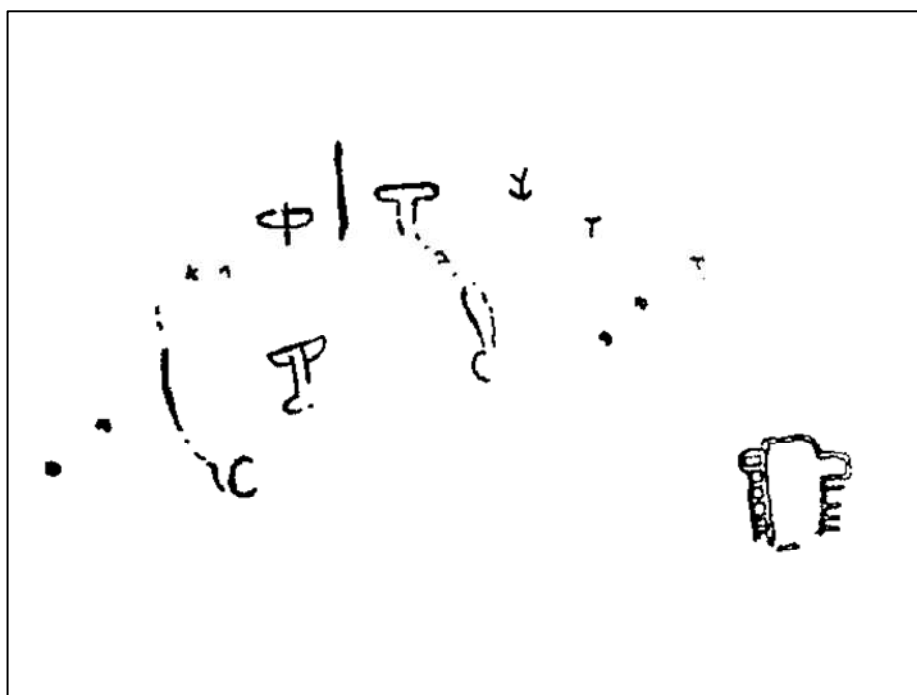
#### 4.10 SÍTIO MALHADA GRANDE

O sítio arqueológico Malhada Grande está localizado no topo da serra de Bodopitá, no povoado de mesmo nome há cerca de 12 km a leste da sede do município de Queimadas-PB, sendo formado por dois grandes matacões de granito com painéis rupestres nas tonalidades ocre e amarela num total de quinze símbolos

sendo zoomórficos, geométrico e grafismos de difícil descrição, nas coordenadas Zona 25M UTM 171.602.535 / 9.183.682.235 / Altitude 521 m.

Os registros rupestres deste sítio são na tonalidade ocre e encontram-se na face oeste em uma concavidade semelhante a um abrigo, são de difícil reconhecimento estando envolto pela vegetação nativa e marimbondos. Não há nenhum indício de depredação do mesmo.

Figura 11 - Esquema registro rupestre do Sítio Malhada Grande



Fonte: Arquivo PROCA (2005)

#### 4.11 SÍTIO GRAVATÁ DE QUEIMADAS

Sítio arqueológico com painéis rupestres localizados em dois grandes matacões sobre uma mesma plataforma granítica. No primeiro, o painel rupestre mede 5 m por 1,2 m com uma figura antropomorfa e outras de difícil descrição. No segundo matacão o painel rupestre mede 1,2m por 60 cm com representação antropomorfa e manchas de difícil descrição. Ambos os registros são na coloração ocre. Coordenadas Zona 25M UTM 176.026.506 / 9.184.859.666 / Altitude 473 m.

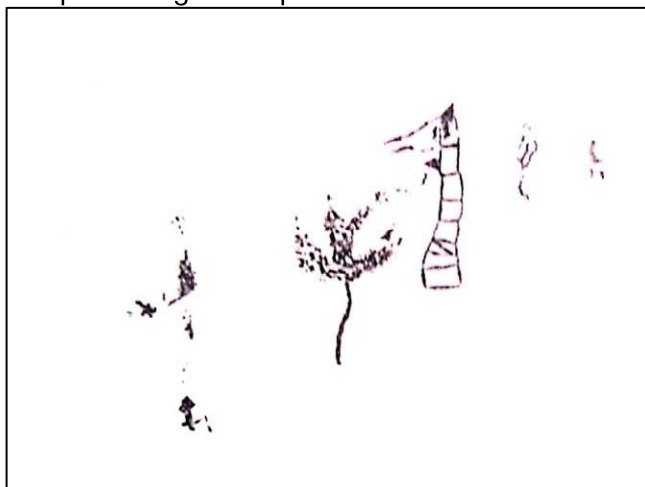


#### 4.12 SÍTIO GRAVATÁ DOS TRIGUEIROS

Sítio arqueológico Gravatá dos Trigueiros está localizado no topo da Serra de Bodopitá no povoado de Gravatá próximo da Estação de Tratamento e Abastecimento da CAGEPA. Sendo dois matacões com painéis rupestres. No primeiro há um painel medindo 3m de extensão por 1,3 de altura, com uma grande figura escaleriforme e outra fitomorfa na tonalidade vermelha. No segundo matacão há um painel medindo 2,5m por 1,4m, com registros de difícil descrição na coloração ocre e amarela. Sob as coordenadas Zona 25M UTM 171.828.574 / 9.183.824.661 e 513 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Além das pinturas rupestres há ocorrências de lascas de materiais líticos (quartzo, sílex e arenito silicificado), ferramenta lítica e fragmentos de cerâmica em suas proximidades.

Figura 12 - Esquema registro rupestre do Sítio Gravatá dos Trigueiros



Fonte: Arquivo PROCA (2005)

Fotografia 09 - Detalhe de painel rupestre do Gravatá dos Trigueiros

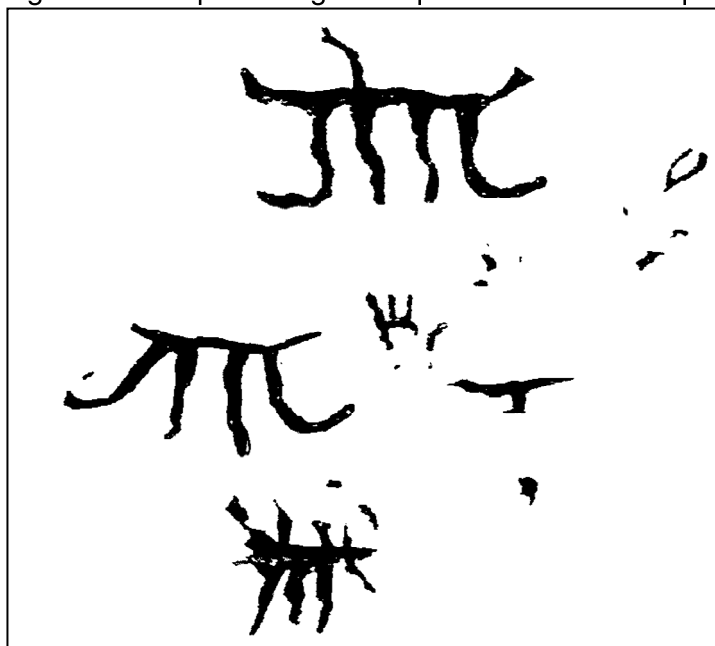


Fonte: Arquivo pessoal de Odoberto Cândido, em 2011.

#### 4.13 SÍTIO BODOPITÁ

Sítio arqueológico com painel rupestre medindo 1,5 m por 70 cm, localizado no interior de abrigo rochoso com pinturas rupestres em seu interior formado por um conjunto de símbolos em forma de pente e na coloração ocre.

Figura 13 - Esquema registro rupestre do Sítio Bodopitá



Fonte: Arquivo PROCA (2005)

O registro rupestre deste sítio apresenta ótimo estado de conservação estando bastante nítido e na coloração ocre, está envolto pela vegetação nativa que contribui para amenizar a ação da heliose, não apresentando qualquer tipo de ação antrópica ou de ordem natural.

#### 4.14 ITACOATIARAS DOS MACACOS

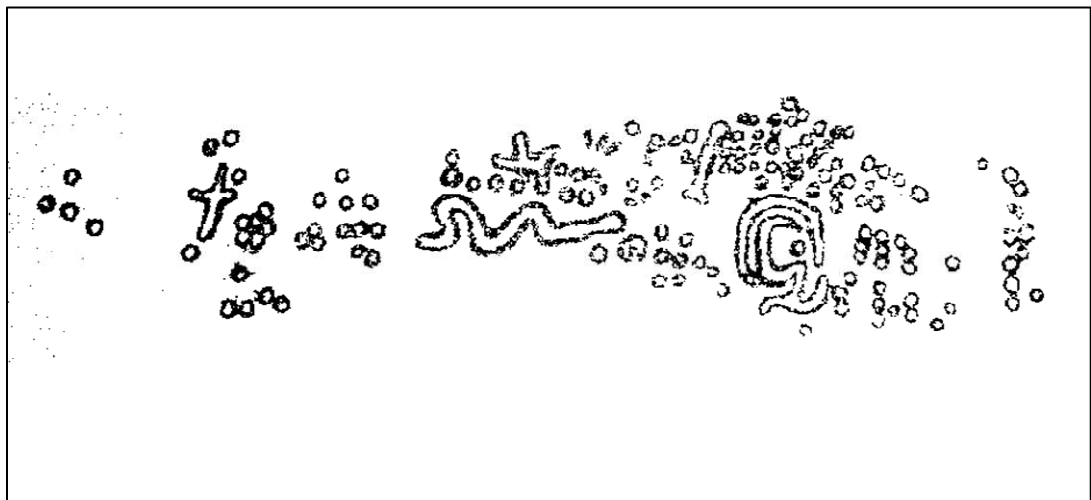
Painel rupestre as margens de rio caracterizado por gravuras em baixo relevo medindo 6 m por 2 m, formado por capsulares, uma espiral e uma serpente com 55 cm de comprimento.

Fotografia 10 - Detalhe de painel rupestre da Itacoatiara dos Macacos



Fonte: Tataguaçu (2014)

Figura 14 - Esquema registro rupestre do Sítio Itacoatiaras dos Macacos



Fonte: Arquivo PROCA (2005)

O registro rupestre deste sítio até o ano de 2012 apresentava-se intacto, no entanto houve a retirada de uma parte do painel.

#### 4.15 ITACOATIARA DO CARACOLZINHO

O sítio arqueológico Caracolzinho situa-se as margens do riacho e povoado de mesmo nome há 23 Km de distância da sede do município de Queimadas-PB, tratando-se de uma formação rochosa, popularmente denominada “tanque” com painel rupestre medindo 7 metros por 2 metros contendo inscrições gravadas e pintadas na tonalidade ocre.

O painel rupestre é composto por diversos capsulares espalhados de forma desordenada, e um grafismo em forma de seta. Alguns dos símbolos gravados estão contornados pela tinta na tonalidade ocre. Seu estado de conservação é ótimo, não havendo interferências antrópicas ou naturais.

Figura 15 - Esquema registro rupestre do Sítio Caracolzinho



Fonte: Arquivo PROCA (2005)

## **5 A ESCOLA COMO LOCUS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

### **5.1 A DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: E A APROPRIAÇÃO DA TEMÁTICA SEGUNDO OS PCNs**

A escola é uma instituição social, na qual envolve um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, pois é nesse espaço físico, psicológico, social e cultural como aponta Rego (2003), que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela.

A escola por ser um lócus de construção de conhecimento que envolve uma gama de pessoas, com características diversificadas, inclui um número significativo de interações contínuas e complexas, em função dos estágios de desenvolvimento do aluno. Desta forma a escola, segundo Dessen e Polonia (2007) constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores e que é permeado por conflitos, problemas e diferenças.

Esta instituição foi construída para desenvolver uma função social que é fundamental na transmissão de elementos pertencente à cultura, possibilitando desta forma aos seus educandos a construção da sua identidade cultural.

Com relação ao conceito de identidade, Stuart Hall (2006), enfatiza aspectos que estão relacionados à dimensão étnica, racial, linguísticas, religiosa, regional da identidade. Para ele a nação é além de uma identidade política, um sistema de representação cultural, composta de representações e símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade.

Na perspectiva de Oriá (2014, p. 2), a escola é o lócus distinto para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem nosso patrimônio cultural.

Nota-se que a escola é um espaço multicultural, o que reforça a ideia que a mesma é um ambiente privilegiado para a formação cultural dos seus educandos, isto implicaria para o desenvolvimento de práticas de preservação do seu patrimônio cultural local. Desta forma, o trabalho educacional sobre a preservação é de suma

importância o que compete o envolvimento de toda a comunidade escolar. É neste espaço múltiplo de diversidade cultural que a Educação patrimonial emerge como instrumento importante para a preservação dos bens culturais.

É importante salientarmos que o termo Educação Patrimonial foi introduzido no Brasil em 1983 por intermédio da museóloga Maria de Lourdes Horta, neste momento estava havendo no estado do Rio de Janeiro na cidade de Petrópolis I Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”. Este evento foi organizado pelo Museu Imperial. Segundo Oliveira (2011), a museóloga teve como base o trabalho educacional desenvolvido na Inglaterra - “*Heritage Education*”. As primeiras experiências relacionadas à Educação patrimonial aconteceram em museus, tendo posteriormente se expandido para outras instituições.

Após ser introduzida no país, vários trabalhos foram desenvolvidos em diversos lugares do país, gerando a necessidade de materiais e bibliografia relacionados à temática, com o apoio do IPHAN e do Ministério da Cultura, é lançado em 1999, o “Guia Básico da Educação Patrimonial”, com o objetivo de incentivar o conhecimento do nosso patrimônio. Este guia nos mostra que a Educação Patrimonial trata-se:

[...] de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6)

A premissa básica como podemos notar nesta citação, é que as ações desenvolvidas na educação Patrimonial está voltada para o uso e apropriação do bem cultural, sendo este fonte primária da aprendizagem.

Segundo Oriá (1993, p. 9) por Educação Patrimonial entende-se:

[...] a utilização de museus, monumentos, arquivos, bibliotecas – os “lugares de memória”, para usarmos a expressão do historiador francês Pierre Nora, no processo educativo, afim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educando e futuros cidadãos da importância da preservação destes bens culturais.

A fala deste autor nos mostra o quão é importante à apropriação da Educação Patrimonial em relação à questão dos “lugares de memória” para a manutenção e preservação dos bens culturais locais.

Mas em quê consiste a Educação Patrimonial? Para responder tal indagação utilizaremos Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 8), quando afirma que:

[...] consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem de seus alunos o interesse em resolver questões significativas para a sua própria vida, pessoal e coletiva.

As palavras da autora nos mostra que a educação patrimonial permite o reforço da autoestima dos indivíduos e também das comunidades, provocando a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade.

Horta, Grunberg e Monteiro veem a Educação Patrimonial como instrumento capaz de alfabetizar culturalmente o indivíduo, veja a afirmação dela sobre isso:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6)

Na visão dos historiadores Funari e Funari (2008), a educação patrimonial está relacionado ao campo de ação inter e transdisciplinar, cuja preocupações pedagógicas não podem estar desarticulada com o ensino, envolvendo disciplina como: história, geografia, arte, arqueologia e até mesmo a matemática.



E ainda sobre esta questão de envolver a metodologia da Educação Patrimonial, a mesma pode ser:

[...] ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (HORTA, 2005, p. 3).

Nesse processo de valorização e preservação da cultura e do patrimônio cultural, todas as ações se fazem necessárias para auxiliar o indivíduo na construção da sua própria identidade, reconhecendo e aceitando diversidades culturais. Assim, a educação patrimonial oferece a possibilidade para o educando utilizar sua capacidade intelectual com o intuito de perceber a importância do patrimônio.

De acordo com Oriá (1993, p. 9):

A Educação Patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões atinentes ao Patrimônio Cultural, que compreende desde a inclusão nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de disciplinas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conversão do Patrimônio Histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do Patrimônio Cultural, de forma a habilitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e conseqüentemente interesse pelo tema.

É nesta perspectiva de valorização da cultura que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 enfatiza no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos nos ensinos fundamentais e médios deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que possibilitando desta forma, a construção de uma proposta curricular voltada para a divulgação do acervo cultural local dos seus educandos.

Após a LDB, foram elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), trazendo uma inovação ao permitir a necessária interdisciplinaridade na chamada educação básica, na qual onde foram inseridos os “temas transversais”, que deverão se perpassadas nas diferentes disciplinas escolares. Segundo Ricardo Oriá (2014, p. 2) “os temas transversais possibilitam à escola o estudo do patrimônio histórico e a consequente adoção de projetos de educação patrimonial”. Os temas relacionados ao meio ambiente e a pluralidade cultural corroboram para esta temática.

O trabalho educativo fundamentado no uso do Patrimônio Cultural é assegurado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os objetivos principais que os alunos de ensino fundamental sejam capazes de:

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;  
Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1998, p. 7).

Podemos destacar que tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) quanto os PCNs, favoreceram para a discussão e inserção das temáticas culturais nos currículos escolares.

É notável a importância da interdisciplinaridade e transversalidade para a temática Educação Patrimonial, pois ambas mantem uma relação de interação, propiciando maneiras de se trabalhar o conhecimento buscando a reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros pelo tratamento das disciplinas.

A partir desta discussão sobre a Educação Patrimonial e a sua inserção nos currículos escolares, cabe-nos indagar se esta temática é realmente trabalhada nas escolas?

Como vimos, tivemos alguns avanços no que diz respeito à LDB de 1996, que defende como um dos princípios do ensino no país a divulgação da cultura e os PCNs com temas transversais como pluralidade cultural e meio ambiente. Estes avanços possibilitaram diálogo de questões referentes ao patrimônio cultural e consequentemente deram espaços a projetos de Educação Patrimonial nas escolas.

De fato houve avanços, porém a maioria das escolas no Brasil não aderiram esta temática no currículo, pois uma das justificativas é que os professores se sentem limitados pela ausência de infraestrutura das escolas e sobrecarregados com as suas respectivas disciplinas, deixando desta forma de trabalhar a questão do patrimônio cultural.

De acordo com Horta (2005), o trabalho com o patrimônio cultural é mais facilmente compreendido nas disciplinas de história e geografia. Apesar de ser um tema transversal o patrimônio cultural passa por despercebidas por outras disciplinas. Em relação às disciplinas de história e geografia a autora destaca algumas sugestões que podem ser trabalhadas:

História: os objetos patrimoniais e os edifícios e centros históricos, os sítios arqueológicos e paisagísticos podem refletir a maior parte da História do Brasil e do mundo. Os objetos e monumentos do passado são a evidência concreta da continuidade e da mudança dos processos culturais. A comparação da própria casa com as casas do passado pode dar aos alunos a compreensão de como os estilos e modos de vida das sociedades mudam ao longo do tempo. Em um automóvel moderno podemos encontrar ainda os traços das antigas carruagens puxadas a cavalo. Os detalhes de diferenciação dos objetos do passado e do presente podem ser traçados num gráfico, ou linha de tempo, que pode ser comparada a uma árvore genealógica, situando os personagens familiares em diferentes épocas.

Geografia: o estudo de um centro histórico, de um parque botânico ou do meio ambiente natural pode ser o ponto de partida para a abordagem dos temas desta disciplina. A elaboração de mapas e plantas de edificações, a comparação com mapas antigos, a análise dos registros populacionais de uma determinada localidade são outros recursos a explorar, tendo como base a evidência histórico/cultural. A procedência dos materiais, as técnicas construtivas, a decoração podem dar informações interessantes para o conhecimento da Geografia Física e Humana. Ao identificar os recursos e características que dão o caráter especial de uma localidade ou região, os alunos podem discutir as alternativas para sua preservação (HORTA, 2005, p. 27).

Sabemos que existem estas dificuldades e que estas devem ser superadas, e para isso de acordo com Oriá (2014, p.02)

É preciso que as secretarias de educação dos estados e municípios, em parceria com os órgãos de preservação, realizem cursos e atividades pedagógicas que instrumentalizem o professor com a concepção e a metodologia da educação patrimonial.

Enfim, apesar de ter todo aparato normativo, a Educação Patrimonial é pouco difundida nas escolas, o que é lamentável, pois a sua proposta faz com que o indivíduo se aproprie, valorize e preserve seus bens culturais, e com isso ele possa construir a sua identidade cultural, fortalecendo desta forma, o sentimento de pertencimento.

## 5.2 CONHECENDO PARA PRESERVAR: OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE QUEIMADAS-PB TRABALHADOS A PARTIR DE OFICINAS

A forma de conhecermos e valorizarmos os nossos bens culturais locais proporciona a estimulação de preservação. É função da escola usar o tema “Educação Patrimonial” de forma transversal através de ações reflexivas, práticas ou teóricas, para que o aluno possa aprender a valorizar e preservar o patrimônio cultural.

Portanto, através da implantação da Educação Patrimonial na escola espera-se criar condições favoráveis para garantir o envolvimento e participação de todos (Escola, família e comunidade), utilizando-se para isso de múltiplas ações que visam conhecer para poder preservar os sítios arqueológicos existentes no município de Queimadas.

As oficinas foram realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gonçalves de Lima, localizada no povoado Zé Velho. Selecionamos uma turma do 4º e 5º ano, com faixa etária entre 09 a 14 anos de idade.

Objetivamos com estas oficinas, despertar nos alunos o interesse em colaborar com o processo de preservação do patrimônio arqueológico existente no município. E conseqüentemente enriquecer o currículo escolar com a exploração dos temas transversais cultura e meio ambiente, além de incentivá-los a adotarem postura e hábitos de proteção dos sítios arqueológicos, sendo guardiões destes bens.

A metodologia está pautada na proposta da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta (2005), como pode ser visualizada no quadro abaixo:

Quadro 01 - Metodologia da educação patrimonial

<b>Etapas</b>	<b>Recursos/ Atividades</b>	<b>Objetivos</b>
<b>1) Observação</b>	exercícios de percepção sensorial, por meio de vergalhas, manipulação de objetos, medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive, etc.	identificação do objeto função/ significado, desenvolvimento da percepção visual e simbólica
<b>2) Registro</b>	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas, modelagem, etc.	fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da análise crítica; desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional
<b>3) Exploração</b>	análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, documentos familiares, jornais, revistas, entrevistas etc.	desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados
<b>4) Apropriação</b>	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão, como a pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo, exposição em classe	envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural

Fonte: Horta (2005, p. 5)

As oficinas aconteceram em quatro momentos distintos, entretanto, foi feito um levantamento de conhecimentos prévios dos alunos a cerca do tema patrimônio cultural, arte rupestre e sítios arqueológicos bem como a existência destes no município de Queimadas, através da aplicação de questionários.

Após análise dos questionários partimos para a primeira etapa, a de discussão do que significa patrimônio cultural segundo a percepção deles. Tivemos algumas respostas, desde concepção de patrimônio, cerca de 80% como herança familiar, 10% como algo financeiro outros 10% relacionados a construções imóveis.

Partindo deste diálogo na primeira etapa seguimos para a apresentação deste conceito, onde foram trabalhados textos referentes ao Caderno Temático sobre Educação patrimonial elaborado pela superintendência do IPHAN na Paraíba ano de 2011, onde apresenta conceitos sobre patrimônio cultural, preservação cultural e entre outros.

O primeiro texto apresentado aos alunos foi “A casa grande” do livro Memórias: antes que me esqueça de 1976, de José Américo de Almeida, uma narrativa sobre a sua infância, contendo informações da sua casa, detalhes de espaços como a cozinha, as suas brincadeiras, os hábitos e costumes daquela época. No qual os alunos fizeram uma leitura compartilhada com pausas para as discussões em pontos atrativos do texto. Ao termino desta leitura houve a produção textual, na qual os alunos narraram memórias de sua infância.

Na segunda etapa, com o auxílio de data show, apresentamos algumas pinturas rupestres sem identificação e pedimos para que os alunos as identificassem aquelas imagens e o que elas significavam. No primeiro momento afirmaram tratar-se de desenhos feitos por crianças de jardim de infância, de crianças que não sabem desenhar e entre outras conceituações de acordo com a sua imaginação. Após ouvir suas indagações partimos para a apresentação dos sítios arqueológicos de pintura rupestre existentes no município de Queimadas.

Fotografia 11 - Oficina de apresentação dos Sítios Arqueológicos na Escola Municipal Manoel Gonçalves de Lima



Fonte: Arquivo pessoal de Odoberito Cândido, em 2014.

Foram apresentados dezenas de painéis rupestres e suas referidas localizações, bem como hipotéticas referências do que eles poderiam significar e principalmente sua importância como patrimônio cultural e material que merecem ser preservados por tratar-se de vestígios de épocas pretéritas de pessoas que viviam neste local.

Muitos argumentaram que já ouviram falar de alguns destes sítios a exemplo da famosa Pedra do Touro, porém não como sítio arqueológico, mas sim, como local atrativo pela sua paisagística, onde é possível ter uma visão ampla da cidade de Queimadas e Campina Grande. Muitos afirmaram visitar este local, no entanto, não sabiam que aquele local abrigava registros rupestres realizado por povos antigos há mais de 3.000 anos.

Fotografia 12 - Oficina de apresentação dos Sítios Arqueológicos na Escola Municipal Manoel Gonçalves de Lima



Fonte: Arquivo pessoal de Odoberito Cândido, em 2014.

Após estas apresentações e discussões os alunos tiveram conhecimento deste patrimônio material e agora tinham noção de importância destes locais e que os quais mereciam ser preservados, pois tratavam de uma parte da história do seu lugar.

A terceira etapa foi marcada pela visita *in loco* dos sítios arqueológicos: Pedra do Castanho, onde foi possível os alunos conhecerem de perto um sítio arqueológico, seu entorno bem como: a vegetação que o circundam, os animais ali presentes, as sensações itempéricas do local, a exuberância dos blocos rochosos. Enfim, permitiu que os alunos compreendessem ao menos tivessem uma noção de como aqueles povos viviam, certamente rodeados por uma infinidades de animais que hoje encontra-se quase que extintos a exemplo de raposas, serpentes, gato do mato e entre outros.

Fotografia 13 - Oficina de visita *in loco* do Sítio Arqueológico Castanho I com alguns alunos da Escola Municipal Manoel Gonçalves de Lima



Fonte: Arquivo pessoal de Odoberto Cândido, em 2014.



Na quarta e última oficina, foi trabalhada a construção de painéis rupestres, onde utilizando de técnicas artísticas de produção de painéis semelhantes à rocha, os alunos faziam pinturas baseadas naquelas que eles tiveram oportunidade de conhecer durante a execução de toda a oficina. No final da oficina foi feito uma mostra dos seus trabalhos onde toda comunidade escolar pode prestigiar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo ou ação visando preservação do Patrimônio Cultural, que neste caso está relacionado aos Sítios Arqueológicos de Queimadas – PB, só é possível quando antecedido por programas educacionais, envolvendo não só a comunidade escolar como toda a sociedade. Fazer um reconhecimento do espaço a ser reconstruído, rever as formas de uso do patrimônio cultural, debater o planejamento e, acima de tudo, é preciso que as pessoas estejam motivadas e fortalecidas pelo sentimento do “pertencer”, do “fazer parte” do processo. Pois é este pertencimento, que construirá a identidade local, propiciando a preservação do nosso acervo arqueológico, que por falta de conhecimento da comunidade e a ausência de políticas voltadas para o patrimônio local direcionadas para a preservação, o nosso patrimônio arqueológico está sendo degradado.

Apesar da nossa legislação orientar ações direcionadas para o reconhecimento da diversidade cultural no país, estas acontecem de maneira acanhada. Talvez seja o grande desafio lançado a todos nós através da Educação Patrimonial.

Para que haja a Educação patrimonial a escola tem um papel importante neste processo, já que depois da família, é ela que favorece o desenvolvimento do espírito da cidadania, capaz de desencadear uma relação de pertencimento com a cultura local.

Tal proposta é uma tarefa difícil, porém não é impossível. A partir da oficina realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gonçalves de Lima, foi constatado que a maioria dos alunos desconheciam o significado do termo patrimônio cultural, porém quando indagados sobre alguns sítios arqueológicos como a Pedra do Touro, Pedra do Zé Velho, Pedra do Letreiro e a do Castanho, eles afirmaram que já ouviram falar e sabem a localização, porém desconhecem o seu valor histórico.

Foi possível perceber que a professora da sala específica trata deste tema transversal em suas aulas. A partir desta experiência, ficou evidente a importância desta temática na construção sociocultural das crianças e como é importante a questão do compromisso do educador com esta área, assim como é feito pela professora.

Daí a importância de difundir este tema com os professores, apresentando suas várias formas de se trabalhar nas escolas com as disciplinas obrigatórias a questão do patrimônio cultural, apresentando os objetos patrimoniais sendo eles material e imaterial, como recursos educacionais importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada disciplina, e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos. Desta forma, possibilitando aos seus educandos uma visão abrangente em relação a sua identidade cultural e seu exercício de cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: UFPB, 1979.
- ANDRADE, Mário de. Patrimônio artístico e nacional. **Revista do Patrimônio**, nº 30, 2002.
- BLOG TATAGUAÇU. **A história de Queimadas em fotos**. Disponível em: <<http://tataguassu.blogspot.com.br/p/queimadas-em-fotos.html>> Acesso em: 20 abr. 2014.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases**: Lei nº 9.394. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais e ética. Brasília: MEC/SEF.1997.
- BRITO, Vanderley de; SANTOS, Juvandi de Souza; OLIVEIRA, Thomas Bruno. **A Serra de Bodopitá**: pesquisas arqueológicas na Paraíba. João Pessoa: JRC, 2006.
- CASEMIRO, Rebeka. Sítios arqueológicos da PB estão em risco com ação dos vândalos. **Jornal da Paraíba**, Paraíba, 9 ago. 2009, Cidades, p. 4.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. São Paulo: Paidéia, 2007.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- FRANCO, Teresa Cristina de Borges; GATTI, Maria Paiva. Patrimônio arqueológico: um bem a ser preservado. **Revista Eletrônica Arqueologia em Conexão**, n. 2, nov. 1996.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; FUNARI, Raquel dos Santos. Educação patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luis R.; KLAMT, Sergio Célio (Orgs.). **Educação patrimonial**: teoria e prática. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. (p. 11 – 21).
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Educação patrimonial. Brasília: IPHAN, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>Acesso em: 15 jan. 2014a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010: Queimadas/PB**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>Acesso em: 15 Jan. 2014b.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Artístico Nacional. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240>> Acesso em: 20 mar. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**: volume II. Lisboa: Edições70, 2000.

LOPES, Antonio Carlos Pereira. **Queimadas, Seu Povo e Sua Terra**. 2. Ed. Queimadas: Cópia e Papéis Gráfica, 2001.

MINAYO, C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação patrimonial no IPHAN**. 141 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2011.

ORIÁ, José Ricardo. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 265-276, set.92/ago.93.

ORIÁ, José Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em: < <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>> Acesso em: 20 abr. 2014.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao Passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

PROCA. Programa de Conscientização Arqueológica. **Relatório das atividades do Proca no município de Queimadas – PB - 1997-2005**. Oficina do PROCA. Campina Grande, 2005.

REGO, T. C. **Memórias de escola: cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Ocorrências de Itacoatiaras na Paraíba**. João Pessoa: JRC, 2007.

SOUZA, Harley Anderson. **O desgaste da pintura particular no patrimônio natural (RPPN) Pousada da Araras em Serranópolis – Goiás**: condicionantes naturais. 75 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, maio./ago. 2010.

WIKIPÉDIA. **Paraíba Municip Queimadas**.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Queimadas\\_\(Para%C3%ADba\)#mediaviewer/Ficheiro:Paraiba\\_Municip\\_Queimadas.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Queimadas_(Para%C3%ADba)#mediaviewer/Ficheiro:Paraiba_Municip_Queimadas.svg)> Acesso em: 20 abr. 2014.